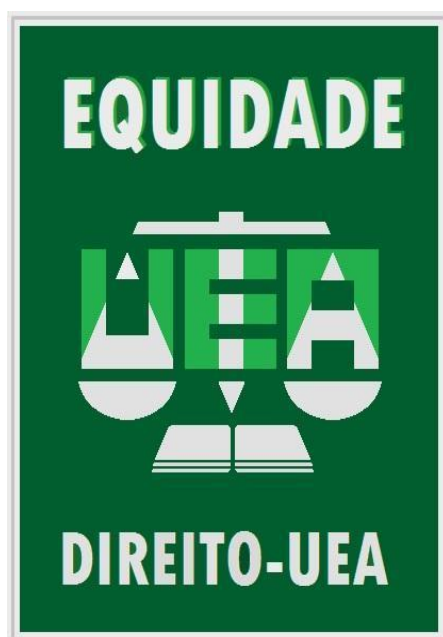


UEA
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DO
AMAZONAS



**ESCOLA DE
DIREITO**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS



EQUIDADE:

**REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO DA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS**

UEA
EDIÇÕES

editora
UEA

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

Wilson Lima
Governador

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
AMAZONAS**

Prof. Dr. André Luiz Nunes Zogahib
Reitor

Profa. Dra. Kátia do Nascimento Couceiro
Vice-Reitor

Prof. Dr. Fábio Carmo Plácido Santos
Pró-Reitor de Ensino de Graduação

Prof. Dr. Monica Dias de Araújo
Pró-Reitora de interiorização

Profa. Dr. Roberto Sanches Mubarak Sobrinho
Pró-Reitor de pesquisa e pós-graduação

Profa. Dra. Samantha Coelho Pinheiro
Pró-Reitora de Planejamento

Prof. Dr. Valber Barbosa Martins
**Pró-Reitor de Extensão e Assuntos
Comunitários**

Prof. Dr. Nilson José de Oliveira Junior
Pró-Reitor de Administração

Profa. Dra. Isolda Prado
Diretora da Editora UEA

Profa. Dra. Glaucia Maria de Araújo Ribeiro
**Coordenação do Programa de
Pós-Graduação *Stricto sensu* em Direito
Ambiental**

**Revista Eletrônica de Direito da
Universidade do Estado do Amazonas**

Prof. Dr. Ricardo Tavares de Albuquerque, UEA
Coordenação do curso de Direito

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA
Prof^ª. Dra. Patrícia Fortes Attademo Ferreira -UEA
Prof. Dr. Ricardo Tavares, UEA
Editores Chefe

Prof^ª. Msc. Monique de Souza Arruda
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto
Esp. Alcemir Filomeno Pinto, UEA
Msc. Edinaldo Inocêncio Ferreira Junior, UEA
Esp. Glenda Martins Monteconrado, UEA
Prof. Msc. Helder Brandão Góes
Esp. Maíza Thayná Pereira Ribeiro, UEA
Esp. Renato Gomes de Sá Leitão, UEA
Esp. Sheila N. de Paula e Silva Oliveira, UEA
Bruna Maria da Silva Mota, UEA
Editores Assistentes

Prof. Dr. Celso Antonio Pacheco Fiorillo, PUCSP
Prof^ª. Dr. Danielle de Ouro Mamed, UFMS
Prof. Dr. Antonio Carlos Morato, USP
Prof^ª. Dra. Tereza Cristina S. B. Thibau, UFMG
Prof. Dr. Sandro Nahmias Melo, UEA
Prof. Dr. Cássio André Borges dos Santos, UEA
Conselho Editorial

Prof^ª. Dr. Lidiane Nascimento Leão, UFOPA
Prof. Msc. Assis da Costa Oliveira, UFPA
Prof. Dr. Nirson da Silva Medeiros Neto, UFOPA
Prof^ª Ma. Roberta Priscila de Araújo Lima, UEA
Prof. Msc. Helder Brandão Góes
Esp. Alcemir Filomeno Pinto, UEA
Msc. Edinaldo Inocêncio Ferreira Junior, UEA
Esp. Glenda Martins Monteconrado, UEA
Esp. Maíza Thayná Pereira Ribeiro, UEA
Esp. Renato Gomes de Sá Leitão, UEA
Esp. Sheila N. de Paula e Silva Oliveira, UEA
Bruna Maria da Silva Mota, UEA
Comitê Científico

EQUIDADE:

Prof. Dr. Daniel Gaio - UFMG/MG
Prof. Dr. Paulo Victor Vieira da Rocha, UEA
Prof. Dr. Alcian Pereira de Souza, UEA
Prof. Dr. Erivaldo Cavalcanti e Silva Filho, UEA
Profa. Msc. Monique de Souza Arruda
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto, UEA
Profa. Dra. Adriana Almeida Lima, UEA
Prof. Dr. Ygor Felipe Távora da Silva, UEA
Prof. Dr. Neuton Alves de Lim, UEA

Avaliadores

Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto, UEA
Prof. Msc. Helder Brandão Góes

Primeira Revisão

Prof. Pós- Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA

Revisão Final

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico



Seminário de Legislação especial aplicada a grupos vulneráveis

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes

Organizadores

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes

Comissão científica do evento

Antonio José Cacheado Loureiro	Italo Jeffersson Fernandes Pacheco
Camila Jatahy Araujo	Jarneson Barbosa Ferreira Batista
Cristiane da Silva Pereira Medeiros	João da Silva Padilha
Raphael Nogueira Holanda Gouveia	João Paulo Ribeiro da Silva
Daniel Rabelo de Melo	Johnattan Martins Pinheiro
David Henrique Lisboa Santiago	José Adelson da Silva Miranda
Bruno Jordano da Silva Brito	Leandro Santos Gomes
Eurico Dias Teixeira Neto	Lincon de Oliveira Bernarde
Evelton Cezar Bitencourt	Edigley Oliveira da Silva
Fernanda da Silva Pereira	Marcello Phillipe Aguiar Martins
Giêr Monteiro Memoria	Marcelo Travessa Guedes
Hélio dos Santos Júnior	Paulo José Barbosa Martins de Abreu
Juvenal Cavalcante Portela	Paulo José Barbosa Martins de Abreu
Paulo José Barbosa Martins de Abreu	Tulio Diego De Almeida Monteiro
Giêr Monteiro Memória	Victor Dias Noé Araújo
Henrique Raimundo do Nascimento	
Fortaleza	

Comissão de revisores

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis Artigo Científico



Seminário de Legislação especial aplicada a grupos vulneráveis

Adriel da Silva Santos
Aghata Gonçalves do Amaral Melo
Amanda leitão da Silva
Ana Belle Barcelos Faria
André Guilherme Oliveira Gentil
André Marques Araújo
Andrews Martins Siqueira
Bruna Maria da Silva Mota
Clodoaldo Matias da Silva
Denison Melo de Aguiar
Edinaldo Inocêncio Ferreira Junior
Elias Emanuel Lima de Melo
Elizabeth Ellen Santos Rocha
Emilly Victória Batista dos Santos
Ernesto Santos Coelho
Felipe Matheus de Assis Saraiva
Gabriel Imay Diaz
Giovanna Costa Novo Moreira
Gisele de Almeida Nascimento
Glenda Martins Monteconrado
Heitor Lucas Rodrigues Pontes
Inocêncio Ferreira Junior

João Gabriel de Souza Monteiro
Katy Anne da Silva Ferreira
Layse Oliveira de Castro
Luana Caroline Nascimento Damasceno
Lucas Emanuel Bastos Polari
Luciana Lima Conceição
Marcelo Damasceno Rodrigues
Maria Beatriz Carvalho de Alencar
Maria Clara Santana Barros de Oliveira
Paula Carolina Lobato da Cunha
Raissa Lima do Nascimento
Rian Carlos de Moraes Pereira
Rogério Ribeiro da Costa Sheila
Nascimento de Paula e Silva Oliveira
Suzy Oliveira de Araújo
Viviane dos Santos Farias
Yasmim Ferreira Derzi
Sheila Nascimento de Paula e Silva
Oliveira
Suzy Oliveira de Araújo
Viviane dos Santos Farias
Yasmim Ferreira Derzi

Comissão Organizadora

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico



Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Prof. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes

Organizadores

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Prof. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes

Comissão científica do evento

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Bruna Maria da Silva Mota
Prof. MSc. Helder Brandão Góes

Formatação

Prof. MSc. Helder Brandão Góes

Primeira revisão

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Prof. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes
Prof. MSc. Helder Brandão Góes

Revisão final

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

Os artigos publicados, bem como as opiniões neles emitidas são de inteira responsabilidade de seus autores.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade do Amazonas

R454

AGUIAR, Denison Melo de Aguiar; MEDINA, Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha; LIMA, Neuton Alves de; BRAGA, Mauro Augusto Ponce de Leão; PASCARELLI LOPES, Flávio Humberto. Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis. **Equidade**: Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Curso de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas/ Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas. Vol. 1. Nº 1. (2026). Manaus: Curso de Direito, 2026.

Anais

1. Direito – Periódicos. 2. Direitos Fundamentais – Periódicos.

Título.

CDU 349.6

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

APRESENTAÇÃO

Este é os Anais do Seminário de Legislação Aplicada a Grupos Vulneráveis, realizado no âmbito da disciplina homônima, ministrada aos alunos do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Estado do Amazonas. Este seminário representa um marco na formação jurídica, ética e cidadã dos futuros oficiais, ao propor uma abordagem crítica e interdisciplinar sobre os desafios enfrentados por populações vulnerabilizadas no contexto amazônico e brasileiro.

A ementa da disciplina foi concebida com o propósito de ampliar a compreensão dos discentes sobre os múltiplos fatores que produzem e reproduzem vulnerabilidades sociais, políticas e institucionais. Partiu-se da premissa de que o policial militar, enquanto agente do Estado e promotor de direitos, deve estar capacitado não apenas para intervir em situações de conflito, mas também para reconhecer e respeitar as especificidades culturais, identitárias e históricas dos grupos com os quais interage. Assim, temas como interseccionalidade, teoria da alteridade, sexualidade humana, racismo estrutural, violência doméstica, abuso de autoridade, entre outros, foram tratados com profundidade e sensibilidade ao longo do curso.

Os manuscritos que compõem estes Anais são frutos de um processo pedagógico que valoriza a pesquisa aplicada, a escuta ativa e o compromisso com a transformação social. Os alunos foram desafiados a investigar, refletir e propor soluções jurídicas e operacionais para questões que envolvem populações indígenas, ribeirinhas, negras, LGBTQIAPN+, idosos e os próprios policiais militares — estes últimos frequentemente invisibilizados como sujeitos de direitos dentro das estruturas institucionais. Os textos revelam não apenas domínio técnico, mas também empatia, senso crítico e abertura ao diálogo, qualidades indispensáveis à atuação policial em uma sociedade plural e democrática.

A escolha das populações abordadas nos trabalhos reflete a realidade amazônica e a complexidade das relações sociais que se estabelecem no território. A presença de povos originários e comunidades tradicionais exige do policial uma postura de respeito à diversidade cultural e aos direitos coletivos. A população negra, historicamente marcada pela exclusão e pela violência institucional, demanda ações afirmativas e práticas antirracistas. A comunidade LGBTQIAPN+ enfrenta barreiras estruturais e simbólicas que exigem do agente público uma atuação pautada na dignidade e na equidade. Os idosos, por

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

sua vez, são frequentemente vítimas de negligência e violência, o que requer atenção especializada e políticas de proteção. E os próprios policiais militares, sujeitos a pressões psicológicas, riscos físicos e estigmas sociais, precisam ser reconhecidos como parte da equação da vulnerabilidade.

Os Anais aqui apresentados são, portanto, mais do que um registro acadêmico: são testemunhos de um processo formativo comprometido com a justiça social, com os direitos humanos e com a construção de uma segurança pública que respeite e valorize a vida em todas as suas expressões. Que este material possa inspirar novas práticas, pesquisas e políticas voltadas à promoção de direitos e à redução das desigualdades.

Agradecemos aos alunos pela dedicação e coragem intelectual, à Academia de Polícia Militar do Amazonas pelo apoio institucional, à Universidade do Estado do Amazonas do e à sociedade amazonense, que nos desafia diariamente a pensar e agir com responsabilidade e humanidade.

Boa leitura.

Manaus, 01 de fevereiro de 2026.

Os Organizadores,

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes

**Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis
Artigo Científico**

**O ECOSISTEMA DO CRIME AMBIENTAL NA AMAZÔNIA: UMA ANÁLISE DAS
ECONOMIAS ILÍCITAS DA FLORESTA**

*THE ECOSYSTEM OF ENVIRONMENTAL CRIME IN THE AMAZON: AN ANALYSIS OF
THE ILLICIT ECONOMIES OF THE FORESTAL*

Juvenal Cavalcante Portela¹

Denison Mello Aguiar- Doutor²

Neuton Alves de Lima³

Flávio Humberto Pascarelli Lopes⁴

1. INTRODUÇÃO

A Amazônia brasileira é um dos ecossistemas mais biodiversos do planeta, mas também um dos mais ameaçados por práticas ilegais relacionadas à exploração econômica desordenada. A região tornou-se palco de um verdadeiro ecossistema criminal, que articula atividades como mineração ilegal, grilagem de terras, extração ilegal de madeira e agropecuária irregular. Tais crimes não ocorrem de forma isolada: são sistematicamente organizados e interligados, gerando impactos socioambientais devastadores.

Frente a esse cenário, o presente artigo busca analisar as dinâmicas do crime ambiental na Amazônia, com foco na atuação das forças de segurança pública, especialmente da Polícia Militar do Amazonas (PMAM), no combate a essas economias ilícitas. Pretende-se compreender como tais crimes se estruturam, quais suas interações e quais são os desafios enfrentados pelo poder público.

2. JUSTIFICATIVA

A compreensão aprofundada das dinâmicas do crime ambiental na Amazônia é urgente diante do avanço do desmatamento, da degradação florestal e da violência associada. A análise

¹ Centro Universitário do Norte- Uninorte, Bacharel em Direito, e-mail: j.poortela@gmail.com: <http://lattes.cnpq.br/9147410893063465>.

² Universidade do Estado do Amazonas – UEA, Doutor em Direito, e-mail: denisonaguiarx@gmail.com: <http://lattes.cnpq.br/9956374214863816>.

³ Universidade do Estado do Amazonas – UEA, Doutor em Direito, e-mail: nalima@uea.edu.br: <http://lattes.cnpq.br/5190251318187601>.

⁴ Universidade do Estado do Amazonas – UEA, Doutor em Direito, e-mail: fpascarellilopes@icloud.com: <http://lattes.cnpq.br/4123702310408290>.

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

das operações dos órgãos da segurança pública e da Polícia Federal permite vislumbrar padrões e estratégias do crime organizado, oferecendo subsídios relevantes para a formulação de políticas públicas eficazes, cooperação interinstitucional e proteção da floresta e de suas populações.

3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Este estudo visa analisar o funcionamento do ecossistema do crime ambiental na Amazônia Legal, visando entender a interação entre as economias ilícitas e seus impactos socioambientais.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar os principais tipos de economias ilícitas presentes na Amazônia Legal;
- Mapear as ações dos Órgãos de Segurança Pública, com foco na Polícia Militar no combate a esses crimes ambientais;
- Compreender a articulação entre crimes ambientais e não ambientais (como corrupção, lavagem de dinheiro e violência);

3. PROBLEMA E HIPÓTESE

Como as economias ilícitas estruturam o ecossistema do crime ambiental na Amazônia, e de que forma a atuação da Polícia Militar do Amazonas tem enfrentado este cenário complexo de forma integrada e eficaz?

O ecossistema do crime ambiental na Amazônia é sustentado por uma rede articulada de economias ilícitas e crimes conexos que atuam de forma sistêmica e territorialidade. A atuação da Polícia Federal, apesar de crescente e mais estratégica nos últimos anos, ainda enfrenta desafios significativos de coordenação, inteligência e capacidade dissuasiva diante da sofisticação das redes criminosas.

4. METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem quali-quantitativa, baseada na análise de 369 operações da Polícia Federal entre 2016 e 2021. Os dados foram obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação e de fontes públicas. As operações foram categorizadas conforme os tipos

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Artigo Científico

de crimes ambientais e não ambientais, e analisadas em termos de distribuição temporal, geográfica e institucional, com destaque para a cooperação com outros órgãos públicos.

Além dos dados estatísticos, foram incorporados estudos de caso envolvendo a PMAM, especialmente operações ocorridas entre 2024 e 2025.

4.1. TIPO DE PESQUISA

Qualitativa: buscou interpretar contextos, interações e dinâmicas sociais ligadas ao crime ambiental, analisando documentos, operações e casos específicos.

Quantitativa: utilizou dados numéricos, como as 369 operações da Polícia Federal entre 2016 e 2021, para mensurar frequência, tipos de crimes e padrões de ocorrências.

5. RESULTADOS

5.1 PRINCIPAIS RESULTADOS IDENTIFICADOS

Observa-se o crescimento do desmatamento e degradação ambiental (2023–2025), em suma ligados diretamente à mineração clandestina, grilagem de terras, desmatamentos e extração ilegal de madeira (IBAMA, 2024; INPE, 2025). Com relação à análise das 369 operações da Polícia Federal destacasse que os focos predominantes foram mineração ilegal e extração de madeira. Ademais, mais de 60% das operações abordaram múltiplas práticas ilícitas ao mesmo tempo, evidenciando o caráter sistêmico de um ecossistema criminoso no ambiente da Amazônia legal.

Salientasse a complexidade e violência com presença de organizações criminosas transnacionais, com o uso de tecnologia de monitoramento e intensificação da violência armada. Além dos crimes ambientais destacasse estreitas relações diretas com a corrupção, lavagem de dinheiro e tráfico de armas/drogas.

Com relação à geografia do crime, a maioria das operações da polícia Federal se concentraram nos estados do Pará e Rondônia. No entanto, Amazonas também apresentou operações relevantes, mas voltadas a redes criminosas mais amplas. Destacasse também, as ações da Polícia Militar do Amazonas (PMAM) como: operações Tamoiotatá (2024) e Maravalha (2025), as quais resultaram em prisões, interdições de serrarias e apreensão de cargas de madeira. Porém, ainda há limitações logísticas, de efetivo e de fiscalização contínua.

Ademais, a presença do crime organizado na Amazônia acaba causando alguns impactos sociais como expulsão de comunidades indígenas e ribeirinhas, com o crescente aumento da violência no campo e deslocamento forçado por facções criminosas. Por fim,

Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis Artigo Científico

salientasse a necessidade de políticas nacionais de combate integrado, fortalecimento com órgãos ambientais, o uso de inteligência policial e tecnológica e criação de unidades especializadas permanentes para reforçar a atuação in locu dos órgãos de segurança pública.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dinâmica do crime ambiental na Amazônia constitui um dos maiores desafios contemporâneos para o Estado brasileiro. A complexidade das atividades criminosas exige uma resposta integrada e estratégica, em que a Polícia Militar do Amazonas deve ter papel ativo na repressão, prevenção e inteligência.

Mais que aumentar penas, é necessário fortalecer as instituições, priorizar o combate a crimes fundiários e ambientais com base em evidências e promover justiça socioambiental. O futuro da floresta depende da capacidade do poder público de compreender e enfrentar, com firmeza e articulação, as engrenagens do crime que nela se perpetuam. É imprescindível que a PMAM aliados com os órgãos ambientais tenham um papel ativo nos fóruns de decisão, recebendo investimento em capacitação, inteligência e estrutura.

7. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente**. Diário Oficial da União.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. 24. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi (Org.). **Educação ambiental e sustentabilidade: fundamentos teóricos e práticas educativas**. São Paulo: Manole, 2005.

WAISBICH, Laura Trajber; RISSO, Melina; HUSEK, Terine; BRASIL, Lycia. **O ecossistema do crime ambiental na Amazônia: uma análise das economias ilícitas da floresta**. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, fev. 2022. (Artigo Estratégico, n. 55). Disponível em: <https://igarape.org.br>. Acesso em: 06 maio 2025.

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia. Crime ambiental. Economia ilícita. Polícia Militar. Segurança pública.

KEY WORDS: Amazon. Environmental crime. Illicit economy. Military Police. Public security.